

ECUMENISMO BROTANDO DA BASE

Jether Pereira Ramalho

Nos últimos anos uma palavra que passou a ser comumente usada nos discursos de Igreja foi ecumenismo. Vista com desconfiança por muitos setores, tanto na Igreja Católica como nos meios evangélicos, foi, entretanto, transformando-se numa idéia que dificilmente poderia ser desconhecida nas atividades eclesiais. Interpretações as mais diversas foram sendo feitas ao que se convencionou chamar de espírito ecumênico. Para muito não passava de uma melhoria das relações entre as Igrejas, uma espécie de código de boas "relações humanas" entre as cúpulas eclesiásticas; para outros seria uma fórmula um tanto protocolar de se evitar, frente à outras forças da sociedade, o escândalo da divisão entre os cristãos ou quem sabe uma fórmula para unidos enfrentarem os desafios de correntes de pensamento que questionavam o significado e a relevância do próprio cristianismo para o homem moderno urbano-industrial. É certo, entretanto, que para outros cristãos era algo muito sério e profundo — o Espírito do Senhor mostrava que as divisões e separações da Igreja de Cristo foram criações do próprio homem, em circunstâncias históricas muito distintas, e que, já ultrapassadas, são mantidas sem muito fundamento e que constituem empecilho para um compromisso mais ativo da Igreja no mundo de hoje.

Apesar da popularização da terminologia ecumênica, dos esforços de respeitáveis instituições eclesiais e do surgimento de algumas iniciativas de atividades em comum de diversos grupos cristãos, deve-se confessar que as práticas ecu-

mênicas, até pouco tempo atrás, não ultrapassavam os setores de direção das Igrejas, da liderança eclesiástica, de grupos de teólogos e chegavam raramente às congregações locais ou aos grupos populares. Eram práticas religiosas somente do domínio de certos grupos sociais e resumiam-se a solenidades programadas oficialmente, às semanas de oração pela unidade, às clássicas cerimônias públicas (formaturas, casamento, inaugurações, etc.), e ultimamente a esforços sérios e mais profundos como a organização de um Concílio de Igrejas Cristãs do Brasil e uma Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

Entretanto, com a opção, cada vez mais clara e conseqüente de muitos setores da Igreja pelas classes populares, com os seus sofrimentos e com os seus direitos, o espírito ecumênico foi ganhando mais densidade e adquirindo novos significados. Era um ecumenismo que se efetuava pela coincidência dos esforços de pessoas e grupos que possuíam um compromisso comum; o encontro na caminhada do povo, no aprofundamento de uma Igreja engajada com os pobres e oprimidos, na sua luta de libertação e na construção de uma nova sociedade. Esse ecumenismo vivo, não planejado, vai surgindo e crescendo a cada dia nas diversas expressões de uma Igreja que aceita o desafio de estar junto com o povo. Pode-se constatar esse auspicioso fato em diversas Comissões Pastorais de Terra, na luta pelos Direitos Humanos, onde a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) tem prestado relevantes serviços, no serviço de inte-

gração de migrantes e agora nas Comunidades Eclesiais de Base.

ECUMENISMO BROTANDO DO POVO

No último encontro das Comunidades Eclesiais de Base, julho de 78, em João Pessoa, evidências do amadurecimento da caminhada da Igreja foram se fazendo notar muito claramente. A presença dos companheiros evangélicos era considerada como natural decorrência do sentido evangélico da luta e do compromisso. Alguns aspectos desse espírito ecumênico merecem destaque.

1. *Uma problemática comum*

Uma das características básicas das CEBs é partir de uma conjugação de esforços frente aos problemas muito concretos com que o povo está se defrontando. A falta de transportes, os loteamentos clandestinos, a deficiência escolar, a injustiça dos salários, a expulsão dos trabalhadores da terra, o preço vil das colheitas atingem o povo de uma maneira geral. São fatos muito dramáticos, frutos da dura sobrevivência de cada dia. E esses problemas exigem soluções mais coletivas, dependem de lutas e esforços comuns. São ecumênicos, para os setores da sociedade onde se fazem notar. Nos diversos depoimentos das CEBs ficou evidente que quando a temática de discussão e as ações práticas se centravam numa problemática comum — a luta pela justiça — as divisões confessionais deixavam de ser entraves e todos se sentiam companheiros de uma mesma caminhada. De repente, descobriam que realmente eram irmãos não somente na fé, mas no sofrimento e na luta pelos seus direitos. E esse encontro solidificava seu companheirismo e solidariedade.

2. *Reflexão em torno de um livro comum*

A descoberta da força da Bíblia pelas Comunidades Eclesiais de Base tem deixado surpreendidos muitos setores evangélicos. Durante um longo período a leitura e a reflexão dos Evangelhos feitas pelo povo parecia ser um monopólio dos protestantes. Em muitos lugares e por muito tempo os "crentes", principalmente os pertencentes aos setores populares, eram até chamados de "Bíblias". E eles se sentiam muito orgulhosos por esse apelido. Este era um ponto muito eviden-

te das diferenciações entre os cristãos — a leitura e a reflexão bíblica feita diretamente pelo povo. As Comunidades Eclesiais de Base estão quebrando essas barreiras. A presença da reflexão bíblica é um dos elementos centrais da caminhada da Igreja. E não é uma reflexão feita no abstrato e que só vai servir para um mundo futuro. Está ligada e referenciada aos problemas da vida, do aqui e do agora. Sem perder também o seu sentido escatológico a Bíblia é um instrumento poderoso da luta pela justiça e fundamentação indispensável para a fé e para o sentido da caminhada. Dois elementos poderosos se conjugam — uma fonte comum de inspiração e de lições, ligada a uma realidade sócio-econômica comum. Não se pode escapar do surgimento de um real espírito ecumênico em tal situação e com tal tipo de prática.

3. *A efetiva participação dos leigos*

Muitas vezes as dificuldades entre os grupos cristãos de efetuarem um esforço conjunto frente a uma problemática comum são colocadas por atitudes intransigentes e até certo ponto sectárias da parte do clero, tanto católico como protestante. E essa intolerância e incompreensão vão sendo alimentadas e transmitidas ao povo simples das Igrejas. Em vez de irmãos transformam-se em adversários e concorrentes. Isso se verifica nos diversos grupos religiosos. Com a importância cada vez maior que os leigos vão tendo na pastoral popular essa herança viciada vai se tornando menos evidente. Os leigos vão descobrindo que os seus companheiros de trabalho, de lutas, de sofrimento, de exploração, são também, muitas vezes, seus irmãos na fé, e na esperança, filhos do mesmo Pai e alimentados pelo mesmo Evangelho. As diferenças confessionais perdem sua extensão, os muros das divisões diminuem de tamanho, quando não são derrubados, e os elementos comuns crescem na sua força e na sua importância. O espetáculo de alegria e de confiança que foi observado no III Encontro das CEBs em João Pessoa, quando no plenário foi descoberto que um dos companheiros de caminhada que estava relatando era um operário evangélico, que participava natural e livremente de todas as celebrações do encontro, foi uma prova de que a barreira das divisões não se estava no-

tando mais. O ecumenismo acontecia, sem estar programado.

4. Um mesmo sentido do Evangelho

O reconhecimento de que a aceitação do convite e da mensagem do Cristo significa uma clara e profunda opção pelos pobres, injustiçados e explorados, e que, no assumir esse desafio, não há lugar, nem tempo, para discussões estéreis, para divisões que perderam seu sentido histórico, e que na verdadeira ação pastoral popular os homens se encontram na caminhada do povo, são indicadores de que um verdadeiro espírito ecumênico vai brotando, alicerçado na própria experiência vital do evangelho. O nome que se dê a essa nova consciência não importa, o que lhe dá significado e força é de que não é resultante de acordos formais, de negociações protocolares, mas é fruto de uma força que brota nas bases da Igreja e que certamente é alimentada pelo Espírito de Deus. As barreiras desaparecem, as diferenças entre o povo diminuem e a busca cheia de fé e de firmeza, ombro a ombro com aqueles que vivem uma mesma si-

tução concreta, de um caminho que leve a uma sociedade mais justa e mais humana prossegue com simplicidade e determinação. A luta pela justiça, então, ultrapassa o eclesial, e é capaz de reconhecer como companheiros todos aqueles que estão verdadeiramente empenhados na causa comum.

Esse novo tipo de ecumenismo, que acontece na prática da pastoral popular, que brota no dia-a-dia do povo, que se define pelo encontro dos que têm um ideal comum, começa a se verificar nas Comunidades Eclesiais de Base. É certo que essas constatações não se verificam em todos os lugares e nem com a mesma intensidade em todos os grupos — seria um erro querer generalizar essas observações — mas os sinais do Reino já se fazem sentir em muitas experiências. O lema do III Encontro Eclesial representava bem esse processo — “Igreja — povo que se liberta”, e essa libertação na medida que se aprofunda vai alcançando novas dimensões e rompe todos os empecilhos que possam dificultar a marcha da Igreja no anúncio e na vivência de uma real evangelização.

preparatórios o acesso a todos os benefícios de que gozam os trabalhadores urbanos e que lhes são negados: auxílio-doença, auxílio natalidade, salário-família, etc.; pedem que sejam rebaixada para 55 anos a idade de aposentadoria, hoje estabelecida em 65.

5. *Legislação Trabalhista* — O trabalhador rural se sente prejudicado pela atual política salarial de diversas formas. Sugerem que se deva lutar pela unificação salarial em todo território nacional; pela livre negociação entre patrões e empregados na fixação dos salários; pela substituição da Legislação anti-greve, no sentido de que aos trabalhadores seja assegurado o livre exercício desse direito.

6. *Educação Sindical* — Finalmente os trabalhadores se preocupam e querem discutir neste seu 3º Encontro a nível nacional, a questão “da participação de to-

(Conclusão da pág. 16

dos os trabalhadores na luta do Movimento Sindical em defesa dos interesses da classe”. Nos encontros preparatórios ficou claro que “no entender dos dirigentes sindicais (...) é essencial que se intensifique e aprimore o trabalho (de conscientização) no movimento atual em que o modelo sindical e o modelo político estão sendo questionados”. Neste sentido recomendou-se nos encontros regionais que todas as propostas e sugestões aprovadas fossem “intensamente discutidas com as bases”, antes do Congresso.

FONTES:

O Trabalhador Rural — Boletim da CON-TAG, nov./dez. de 1978.

Boletim da Comissão Pastoral da Terra — janv./fev. de 1979.

CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS

Realiza-se no mês de maio o 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, na sede da CONTAG, em Brasília. Este Congresso é de suma importância por várias razões:

a) A CONTAG, a nível nacional, congrega 20 Federações e cerca de 2.500 sindicatos, aos quais estão formalmente filiados 5.000.000 de trabalhadores no campo;

b) Na verdade, porém, no Congresso estarão sendo discutidos os problemas fundamentais não apenas dos sindicalizados, mas também de cerca de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais existentes no país e que correspondem a 50.000.000 de pessoas vivendo no campo e do campo;

c) Ao Congresso deverão estar presentes não apenas as Federações (estaduais) mas também 50% dos Sindicatos (de âmbito municipal). Esta medida foi tomada com o intuito de fazer com que o Congresso não fosse uma reunião de cúpula, mas uma "verdadeira assembléia da classe";

d) Como preparação ao Congresso, e com o mesmo objetivo de envolver as bases sindicais nas discussões, foram realizados 4 Encontros Regionais nos meses de novembro e dezembro de 78. Desses encontros participaram trabalhadores rurais de todas as categorias (assalariados, arrendatários, parceiros, posseiros, e pequenos proprietários). As questões principais a serem tratadas no Congresso?

1. *Liberdade Sindical* — Tal como os operários urbanos, os trabalhadores rurais também se defrontam com a falta de liberdade sindical. Através da CLT, o Ministério do Trabalho controla as assembleias sindicais, suas eleições, suas contas; o estatuto do sindicato é feito pelo Ministério e não pelos trabalhadores e a

fundação de sindicatos também é controlada pelo Ministério. Os trabalhadores querem que seja revogado o título V da CLT que tolhe a atuação de seus órgãos de representação.

2. *Reforma agrária* — Nos encontros preparatórios do Congresso, os trabalhadores rurais reafirmaram o grande objetivo do Movimento Sindical que é a Reforma Agrária, assim definida: "redistribuição ampla, massiva e imediata". Na verdade a Reforma Agrária já está contida na lei (Estatuto da Terra e Constituição) e não pode ser confundida com as políticas de Colonização ou com experiências isoladas de assentamento de famílias. Os trabalhadores querem que sejam cumprido o que consta da lei e que sejam denunciados programas especiais como o Proterra que dificultam a realização da mesma, porque restabelecem que o pagamento das indenizações seja feito em dinheiro e não em títulos de dívida pública como prescreve a lei.

3. *Política Agrícola* — Os trabalhadores rurais enfrentam dificuldades decorrentes da Política Agrária do governo e de sua aplicação. As condições de acesso ao crédito só favorecem ao grande proprietário; os preços mínimos estabelecidos para os produtos não consideram o verdadeiro custo da produção e as condições de comercialização são tais que o pequeno produtor fica sempre sujeito ao intermediário, embora esta figura não seja reconhecida por lei. No que se refere à Colonização, a Política Agrícola do governo tem favorecido as grandes empresas e não a exploração familiar.

4. *Previdência Social* — Os trabalhadores rurais reivindicaram, nos encontros

(Continua na pag. 15)